



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☒ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional-Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Gabrielle da Silveira Santos

Matrícula: 2022103220530188

Título do Trabalho: Construção de guia informativo sobre benefícios do governo brasileiro para populações específicas

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/07/25

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?

[] Sim

[X] Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 15 de maio de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Gabrielle da Silveira Santos

Ciente e de acordo:

(Assinado eletronicamente)

Fausto de Melo Faria Filho

Documento assinado eletronicamente por:

- Fausto de Melo Faria Filho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 15/05/2025 14:26:37.
- Gabrielle da Silveira Santos, 2022103220530188 - Discente, em 15/05/2025 15:35:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 707190

Código de Autenticação: 7b39d6a734



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

Artigo

CONSTRUÇÃO DE UM GUIA INFORMATIVO SOBRE BENEFÍCIOS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

CONSTRUCTION OF AN INFORMATIVE GUIDE ON BRAZILIAN GOVERNMENT BENEFITS FOR SPECIFIC POPULATIONS

CONSTRUCCIÓN DE UNA GUÍA INFORMATIVA SOBRE BENEFICIOS DEL GOBIERNO BRASILEÑO PARA POBLACIONES ESPECÍFICAS

Gabrielle da Silveira Santos

Técnica em Meio Ambiente, Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: gabrielle.santos@estudante.ifgoiano.edu.br

Tânita Maria Souza Santos

Técnica em Meio Ambiente, Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: tanita.santos@estudante.ifgoiano.edu.br

Mairon Marques dos Santos

Doutor em Física Aplicada à Medicina e Biologia, Universidade de São Paulo, Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: mairon.marques@ifgoiano.edu.br

Cláudia Correia da Silva Barros

Mestra em Serviço Social, universidade Católica de Goiás, Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: claudia.barros@ifgoiano.edu.br

Eneida Aparecida Machado Monteiro

Mestra em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal de Goiás, Carmo do Rio Verde, Goiás, Brasil. E-mail: eneida.monteiro@ifgoiano.edu.br

Fausto de Melo Faria Filho

Doutor em Física, Universidade Federal de Goiás, Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: fausto.filho@ifgoiano.edu.br

RESUMO

Este relato de experiência descreve o planejamento e a construção de um guia informativo voltado para populações específicas do Vale do São Patrício, com o objetivo de promover a conscientização sobre políticas de assistência social. Para embasar o desenvolvimento do guia, foi realizado um levantamento da realidade socioeconômica da região, seguido de uma análise das políticas de assistência social em vigor. A partir dessas informações, foram identificadas lacunas no conhecimento da população, que orientaram a criação do Guia Cadastro Único: conhecendo a política de assistência social para grupos populacionais do Vale do São Patrício. O guia foi disponibilizado gratuitamente na página do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como parte de um

DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n1-84-2025>

Submitted on: 2.6.2025 | Accepted on: 2.10.2025 | Published on: 2.27.2025

projeto de extensão, com o intuito de facilitar o acesso da população às informações. O projeto foi desenvolvido de forma participativa e colaborativa. A iniciativa dependeu do engajamento de diversos atores sociais, incluindo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias.

Palavras-chave: Assistência Social. Guia Informativo. Cadastro Único. Benefícios Sociais.

ABSTRACT

This experience report describes the planning and construction of an informative guide aimed to a specific population in the São Patrício Valley, with the aim of promoting awareness about social assistance policies. To support the development of the guide, a survey of the socioeconomic reality of the region was carried out, followed by an analysis of the social assistance policies in force. From this information, gaps in the population's knowledge were identified, which guided the creation of the Single Registry Guide: understanding the social assistance policy for population groups in the São Patrício Valley. The guide was made available free of charge on the website of the Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, as part of an extension project, with the aim of facilitating the population's access to information. The project was developed in a participatory and collaborative way. The initiative depended on the engagement of various social actors, including government bodies, civil society organizations and community leaders.

Keywords: Social Assistance. Information Guide. Single Registry. Social Benefits.

RESUMEN

Este relato de experiencia describe la planificación y construcción de una guía informativa dirigida a poblaciones específicas del Valle de São Patrício, con el objetivo de promover conciencia sobre las políticas de asistencia social. Para apoyar la elaboración de la guía, se realizó un estudio de la realidad socioeconómica de la región, seguido de un análisis de las políticas de asistencia social vigentes. A partir de esta información, se identificaron huecos en el conocimiento de la población, que orientaron la creación de la Guía del Registro Único: comprender la política de asistencia social a los grupos de población en el Valle de São Patrício. La guía fue puesta a disposición de forma gratuita en el sitio web del Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como parte de un proyecto de extensión, con el objetivo de facilitar el acceso de la población a la información. El proyecto se desarrolló de forma participativa y colaborativa. La iniciativa dependió de la participación de diversos actores sociales, incluidos órganos gubernamentales, organizaciones de la sociedad civil y líderes comunitarios.

Palabras clave: Asistencia Social. Guía Informativa. Registro Único. Beneficios Sociales.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 6º, que todo indivíduo tem direitos sociais assegurados por lei, visando à valorização do bem-estar e da qualidade de vida da população. Como abordado por Cronemberger e Texeira (2015, p. 146): “a ação estatal deve contribuir efetivamente para o fortalecimento das competências familiares, compreendendo suas necessidades, mudanças, suas contradições por meio da garantia efetiva dos direitos.” Isso implica que o governo deve desenvolver políticas e programas que apoiem as famílias em diferentes aspectos, como educação, saúde, moradia, emprego e assistência social, promovendo seu bem-estar e equilíbrio.

No entanto, é preocupante constatar que muitos brasileiros, especialmente aqueles em situação de baixa renda, encontram-se alheios aos benefícios disponibilizados pelo Governo Federal, como é o caso da Política de Assistência Social. Essa falta de acesso à informação pode resultar na exclusão de parcelas significativas da população de programas essenciais para a garantia de suas condições mínimas de qualidade de vida, contribuindo para o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com Ferreira e colaboradores (2012), as informações governamentais desempenham um papel crucial para o funcionamento da democracia. Sua disponibilização facilita um diálogo transparente entre o governo e a sociedade civil, promovendo um maior controle sobre a administração pública por parte da sociedade. Isso, por sua vez, contribui para o aprimoramento contínuo das ações governamentais, visando atender às necessidades e demandas da população de forma mais eficaz.

Famílias e indivíduos em estado de extrema pobreza muitas vezes desconhecem os programas sociais disponíveis ou enfrentam dificuldades para acessá-los (Moura e col., 2024). Como pontuado por Koga e colaboradores (2022, p. 551-578), sem ferramentas informacionais como o Cadastro Único, nossas percepções sobre a pobreza se limitariam a experiências pessoais e opiniões, pois o Cadastro Único é uma ferramenta utilizada pelo governo federal para identificar e registrar informações sobre famílias de baixa renda. Por meio

dele, é possível compreender a realidade socioeconômica da população e definir os beneficiários de políticas e programas sociais.

A população em situação de maior pobreza costuma enfrentar maiores obstáculos para acessar os serviços e benefícios sociais de que necessitam, o que se deve tanto à dificuldade logística de acessar os recursos disponíveis quanto ao afastamento dessas famílias das redes sociais de apoio (Rodrigues, 2018, p 287-303).

Diante dessas circunstâncias, o objetivo principal deste projeto foi promover a conscientização e melhorar o acesso de políticas de assistência social pertinentes aos diversos grupos demográficos do Vale do São Patrício. Situada no estado de Goiás, Brasil, esta região abrange um aglomerado de municípios, incluindo Ceres, Goianésia, Jaraguá, Rialma, Uruaçu entre outros. Sua designação deriva da sua localização estratégica entre os rios São Patrício e Maranhão, que delimitam esta área.

Dada essa conjuntura, foi desenvolvido um guia de fácil utilização que oferece às populações específicas informações essenciais sobre seus direitos sociais. O guia destaca, por exemplo, os benefícios Água para Todos, Carteira do Idoso, Isenção de Taxas em Concursos Públicos. A expectativa é que o guia seja amplamente utilizado como uma ferramenta de consulta e orientação, contribuindo de forma significativa para a redução das desigualdades sociais na região.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Assistência Social no Brasil passou a ser considerada uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988, integrando-se à Seguridade Social junto com as políticas de Saúde e Previdência Social (Degenszajn; Couto; Yazbek, 2014).

Configura-se como uma Política Pública não contributiva, ou seja, não é exigido do cidadão a contrapartida para ter acesso aos seus serviços. No entanto, não é universal, mas seletiva, conforme está descrito no artigo 203 da Constituição Federal: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]” (Brasil, 1988, p.

143). Já a saúde, apesar de não ser contributiva, ela é universal, isto é, todos têm direito independentemente da sua classe social. Em relação à Previdência Social, o cenário é um pouco diferente das outras duas políticas, isto porque, mesmo sendo um direito constitucional, o cidadão para ter acesso aos seus serviços precisa contribuir, caracterizando-se como contributivo (Anadef, 2020).

Dito isso, não há como negar, que embora exista limitações no acesso a Política de Assistência Social, por exemplo, sua inserção na Carta Magna (Brasil, 1988), representou um divisor de águas na vida de muitas famílias de baixa renda, em virtude de ser entendida como um direito e, não apenas como uma benevolência.

No âmbito da Assistência Social, muitos programas e benefícios permanecem desconhecidos por grande parte da população. Um dos principais instrumentos dessa política é o Cadastro Único (CadÚnico), uma ferramenta eficaz para coletar e organizar informações sobre famílias em situação de vulnerabilidade social. Rodrigues (2018, p 287-303) destaca que o Sistema do Cadastro Único não se limita apenas à identificação e monitoramento de famílias elegíveis ao PBF (Programa Bolsa Família), mas atua como um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, reunindo dados socioeconômicos que facilitam a formulação e integração de ações voltadas à população de baixa renda.

O programa da Secretaria Nacional do Cadastro Único foi criado no ano de 2001, por meio do decreto nº 3.887. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Esse programa realiza um cadastramento diferenciado que possibilita a identificação de parte da diversidade social brasileira, dando suporte ao reconhecimento de grupos populacionais cuja forma de vida e organização sociopolítica refletem saberes e modos de vida ancorados em processos conjunturais, históricos e culturais diversos (Brasil, 2021).

De acordo com Nardelli (2019, p. 3) “Conhecer a realidade da população é cada vez mais necessário para a definição de políticas públicas que visam o desenvolvimento social e econômico das famílias e do município.” portanto, é

crucial conhecer a situação real da população para formular políticas públicas eficazes que promovam o desenvolvimento social e econômico. O CadÚnico exemplifica isso ao coletar dados sobre famílias de baixa renda, permite que o governo planeje e implemente programas sociais direcionados, como o Bolsa Família, Bolsa Verde e Crédito Instalação, por exemplo. Esses dados ajudam a alocar recursos adequadamente e atender às necessidades das famílias, promovendo seu desenvolvimento e o do município.

Conforme o sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD), verifica-se que, em sua última atualização feita em outubro de 2024 mostra que 40.444.723 famílias estão cadastradas e destas 32,702,154 famílias realizaram a atualização no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CECAD, 2024).

Nos municípios de Ceres e Rialma, segundo o CECAD (2024), observa-se uma dinâmica particular. Em Ceres, com uma população estimada em 22.306 habitantes para o ano de 2020, no mês de outubro de 2024 teve 1.133 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 3.061 pessoas beneficiadas. Paralelamente, em Rialma, cuja estimativa populacional era de 10.940 habitantes, no mês de outubro de 2024, teve 690 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 2.063 pessoas beneficiadas.

Embora muitas famílias tenham o perfil necessário para se cadastrar no CadÚnico, grande parte delas não realiza o cadastro por falta de conhecimento sobre os benefícios disponíveis. Barros, Carvalho e Mendonça (2009) ressaltam que a diversidade de informações contidas no cadastro é crucial para avaliar sua qualidade e identificar possíveis distorções. No entanto, é a localização das famílias cadastradas que possibilita o desenvolvimento de intervenções para aprimorar os dados, permitindo a reentrevista de muitas famílias e, consequentemente, a melhoria da qualidade das informações.

Vasconcelos, Lourenço e Menez (2018, p. 7-33) observam que, no cotidiano, os moradores de comunidades vulneráveis enfrentam problemas pela falta de informações claras e precisas sobre seus direitos e oportunidades. As poucas informações que chegam até eles muitas vezes causam confusão, pois

estão misturadas com estímulos e incentivos que, em sua maioria, reforçam a violência, a exclusão social e a opressão.

Além da limitação no acesso à informação, essas comunidades também enfrentam barreiras burocráticas e dificuldades de compreensão sobre os processos de cadastro e elegibilidade para programas de assistência. Mesmo quando informadas, muitas vezes não possuem o suporte necessário para realizar o cadastro ou acessar benefícios. Nessa circunstância, como pontua Sfez (1996), “a informação não concede, por si só, o saber.”

Neste contexto, torna-se crucial a formulação e a implementação de estratégias de conscientização e divulgação abrangentes, destinadas a atingir a população que se encontra excluída do acesso à informação. A adoção de múltiplos canais de comunicação, tais como plataformas de mídia social, rádios comunitárias, distribuição de panfletos e a formação de parcerias com lideranças locais e organizações da sociedade civil, constitui um caminho promissor nesta direção.

O fornecimento de informações por meio de guias desempenha um papel vital na melhoria da acessibilidade ao conhecimento e no fomento da educação. De acordo com Lobo e Barcellos (1992), o aumento da disponibilidade de recursos computacionais torna clara a necessidade de padronização para facilitar a automação na criação de guias.

Em uma era em que a informação é cada vez mais avassaladora, é vital que educadores, profissionais e cidadãos desenvolvam guias que compilem o conhecimento de forma acessível e organizada, permitindo uma melhor compreensão do mundo ao seu redor. Ainda seguindo o pensamento de Lobo e Barcellos (1992), a seleção das informações para a composição de um guia deve considerar critérios como adequação, qualidade e atualidade em relação ao tema tratado. Somente por meio de iniciativas coordenadas e inclusivas será possível assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo aos serviços e benefícios sociais, fomentando, assim, a inclusão social e o bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de um projeto colaborativo

e participativo vinculado ao IF Goiano – Campus Ceres, no período de 2023. A primeira fase consistiu na realização de um levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas e em documentos oficiais, como decretos e legislações relacionadas ao Cadastro Único e à Política de Assistência Social no Brasil. Esse levantamento foi fundamental para compreender o cenário atual e os benefícios sociais voltados para populações específicas, como as famílias em situação de vulnerabilidade do Vale do São Patrício.

Em seguida, foram realizadas entrevistas não-estruturadas e não-disfarçadas com assistentes sociais e gestores de programas de assistência social da região, buscando alinhar a realidade local com as informações obtidas no levantamento bibliográfico. Este diálogo permitiu compreender as dificuldades enfrentadas pela população local para acessar os programas sociais e identificar quais informações precisariam ser destacadas no guia informativo.

A equipe do projeto foi capacitada para utilizar a plataforma Canva, com o objetivo de criar um guia acessível, tanto em termos visuais quanto de linguagem. O processo de editoração foi acompanhado por estudos sobre a disposição dos elementos gráficos e o uso de recursos visuais, a fim de garantir a fácil compreensão por parte do público-alvo. Além disso, foram criados personagens e uma história em quadrinhos que ilustram o processo de cadastro no Cadastro Único, promovendo uma conexão lúdica entre os leitores e o material educativo.

Sua divulgação ocorreu por meio de redes sociais e canais de comunicação oficiais. O foco foi garantir o acesso da população às informações contidas no guia, promovendo uma maior conscientização sobre os direitos sociais e os benefícios oferecidos pelo Governo Federal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento bibliográfico e das entrevistas realizadas com duas assistentes sociais atuantes na região, identificou-se a necessidade de desenvolver um material didático acessível, objetivo e detalhado, que forneça orientações claras sobre o Cadastro Único. Desta forma, o conteúdo proposto deveria não apenas explicar, passo a passo, o processo de cadastro, mas

também destacar sua relevância socioeconômica. Ademais, enfatizou-se a importância de uma divulgação eficiente por meio de mídias digitais, visando ampliar o alcance e a conscientização das famílias potencialmente beneficiárias.

Como resultado, selecionou-se 17 programas e benefícios disponíveis na região, como o “Água para Todos”, o “Programa Bolsa Família”, a “Tarifa Social de Energia Elétrica”, entre outros, para a elaboração do Guia Cadastro Único: conhecendo a política de assistência social para grupos populacionais do Vale do São Patrício. Nessa etapa, deparamos com algumas barreiras, tendo em vista que, muitos desses benefícios são tratados como políticas de Governo, e por isso, alguns programas já não estavam mais em vigor, enquanto outros começavam a fazer parte das políticas públicas, como por exemplo: o Auxílio Brasil que foi substituído pelo Bolsa Família, contudo os materiais de consulta não estavam totalmente atualizados.

Para a elaboração do guia foi utilizando a ferramenta de criação visual Canva, visando criar um material acessível e visualmente atrativo. As cores escolhidas – azul eclesiástico, branco, preto, ciano, marrom, cinza entre outras – foram selecionadas para garantir harmonia visual, facilitando a leitura.

Além disso, o guia inclui imagens e textos simplificados com o objetivo de tornar a informação mais acessível ao público-alvo, especialmente para as famílias de baixa renda, que são frequentemente as mais vulneráveis à exclusão dos programas de assistência social. O guia lista os programas e benefícios disponíveis, oferecendo uma breve descrição de cada um, além de informações detalhadas sobre quem pode acessar cada recurso, como proceder para a solicitação e quais documentos são necessários (Vide Figura 1).

Figura 1. Capa do Guia Cadastro Único, seguida de algumas páginas que explicam sobre os benefícios e programas vinculados ao Cadastro Único.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Com intuito ilustrativo do processo de realizar o cadastro e tirar as dúvidas sobre os documentos, foi incorporada uma história em quadrinhos (Figura 2), que ilustra o passo a passo, detalhando o papel do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Figura 2. História em quadrinhos sobre o acesso no Cadastro Único, contendo os documentos necessários para cadastro.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A partir de então, focou-se na divulgação do guia. Foram utilizadas mídias sociais e o site oficial do IF Goiano – Campus Ceres para garantir que o material chegasse ao maior número possível de pessoas. O guia foi registrado com o ISBN 978-65-00-66737-0 e publicado na página eletrônica IF em Movimento, pertencente ao Instituto Federal Goiano, onde estão disponíveis trabalhos voltados para pesquisa, ensino e extensão do Campus Ceres.

Um ponto de destaque é que o guia tem potencial para ser utilizado pelas assistências sociais da região, facilitando o acesso das famílias aos benefícios sociais. No entanto, mudar hábitos e comportamentos enraizados na comunidade, como a escassa divulgação dos direitos sociais e a ausência de estratégias eficazes para alcançar as populações mais vulneráveis, ainda representa um desafio.

No contexto de uma instituição de educação, como o IF Goiano, o guia tem se mostrado uma ferramenta importante para informar e auxiliar as famílias a realizarem o cadastro no Cadastro Único. Isso é especialmente relevante para os estudantes que desejam receber bolsas de estudo, pois suas famílias precisam estar devidamente cadastradas. Nesse sentido, o guia tem servido

como facilitador, proporcionando informações claras e acessíveis para que essas famílias realizem o processo de forma eficiente e sem barreiras.

CONCLUSÃO

Ao concluir este relatório de experiência, torna-se patente a relevância de empreendimentos dedicados à promoção do acesso aos direitos sociais e à assistência governamental, sobretudo para as comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como aquelas situadas no Vale do São Patrício. Durante a execução do projeto, foram identificadas barreiras significativas de acesso a informações dos programas e benefícios governamentais disponíveis, fenômeno que perpetua a exclusão social e exacerba as disparidades existentes na região.

Para auxílio na garantia de direitos sociais, o Campus Ceres do Instituto Federal Goiano publicou um guia intitulado: GUIA CADASTRO ÚNICO CONHECENDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA GRUPOS POPULACIONAIS DO VALE DO SÃO PATRÍCIO, com o intuito de oferecer orientação à comunidade local, o Vale do São Patrício, sobre seus direitos sociais.

O Guia inicialmente apresenta uma versão sintetizada das informações sobre os benefícios e serviços sociais disponibilizados na página oficial do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Essa abordagem foi contextualizada com base nas realidades socioeconômicas dos municípios de Ceres e Rialma. Em uma etapa subsequente, adotou-se uma abordagem criativa ao utilizar a ferramenta lúdico-didática de quadrinhos, ilustrando de forma clara e acessível o passo a passo para a inscrição no Cadastro Único. Finalmente, por meio de estratégias de divulgação, buscou-se promover o empoderamento das famílias locais, tornando-as mais informadas sobre seus direitos e capacitadas para acessá-los de forma efetiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano por incentivar a qualificação que oferece aos seus estudantes e servidores.

REFERÊNCIAS

ANADEF – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais. **A importância do Cadastro Único para o acesso aos benefícios sociais.** Disponível em: <https://www.anadef.org.br/noticias/ultimas-noticias/item/artigo-a-importancia-do-cadastro-unico-para-o-acesso-aos-beneficiosociais.html#:~:text=O%20Cadastro%20%C3%9Anico%20%C3%A9%20um,programas%20de%20transfer%C3%AAncia%20de%20renda>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Sobre as utilidades do Cadastro Único.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2653/1/TD_1414.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Ministério da Cidadania, Cadastro único.** Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.** Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando famílias**, v. 19, n. 2, p. 132-147, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

DEGENSZAJNET, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita Yazbek. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** Cortez editora, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131651049.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Políticas de informação no Brasil: A Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16940/13702>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

KOGA, Natália Massaco, PALOTTI, Pedro Lucas de Moura, MELLO, Janine, PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **O Cadastro único para programas sociais e a configuração da pobreza: analisando a construção de evidências a partir da teoria do Ator-Rede**. In: KOGA, Natália Massaco, *et al.* POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS DE EVIDÊNCIAS NO BRASIL conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022. P. 551-578. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/220412_lv_politicas_publicas_web.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2024.

LOBO, Maria de Fátima Diniz; DE OLIVEIRA BARCELLOS, Sílvia. Guias de fontes de informação: metodologia para geração e automação. **Ciência da informação**, v. 21, n. 1, 1992.

MOURA, Shirley Gabriella Ferreira, MONTENEGRO, Felipe Magdiel Bandeira, RAMOS, Adriana Lorryny Barbosa Pereira, COSTA NETO, Joel Florêncio da, TORRES, Arthur Dyego de Moraes, COSTA, Daniel Aser Veloso, MOREIRA, Maria Saudade Azevedo, ARAÚJO, Lígia Fernanda de. Caracterização das barreiras de acesso aos programas e serviços de saúde: uma análise das iniquidades do contexto brasileiro. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.13, n. 2, p. 01-17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-92-2024>. Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

NERDELLI, Emilly Regina Martins Freire. Tempo de conhecer: O CadÚnico viabilizando acesso, inclusão e oportunidades. **Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional De Política Social**, São Cristóvão/SE, Brasil, 2019.

RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva. **A Centralidade da Informação no Campo das Políticas Públicas**. In: Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. UNESCO, 2009. p. 287 - 303. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/concepcao_gestao_protecao_social.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2024.

SFEZ, Lucien. Informação, saber e comunicação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-13, 1996.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de; LOURENÇO, Luana Coelho; MENEZ, Ingrid Cristian da Silva Bezerra de. **A dominação de grupos vulneráveis no**

mundo das informações: quatro casos de emancipação. Si quieres la paz, narra la violencia. p. 7-33, 2018. Disponível em:
<https://st11.ning.com/topology/rest/1.0/file/get/955853489?profile=original>.
Acesso em: 24 de maio de 2024.